

Exigência perigosa dos credores

A atual equipe econômica procurou encaminhar a questão da renegociação da dívida externa com realismo e boa vontade. Apresentou proposta que, ao contrário das anteriores, oferecia uma base de discussão passível de modificações em seus pormenores. Paralelamente, levou adiante a redação de uma carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional (FMI), documento considerado válido pelos economistas do organismo. Como se previa, o comitê de assessoramento dos bancos credores apresentou sua contraproposta, exigindo algo perfeitamente aceitável. Agora, porém, esses bancos estão exigindo o pagamento de 50% dos juros que vencem neste exercício para levar adiante os entendimentos, o que pode constituir grave empecilho ao bom desenvolvimento de uma negociação que ambas as partes têm interesse em concluir o mais cedo possível.

Quando o governo brasileiro apresentou sua proposta ao comitê, procurou mostrar boa vontade e afastar uma discussão inútil que só resultaria no atraso da negociação. Aceitou a revisão de alguns pontos, como as taxas de juros incidentes sobre os papéis objetos da

discussão e até a ampliação das garantias oferecidas (que na sua versão original não incluíam juros para os anos iniciais do acordo). Os bancos apresentaram por sua vez sua contraproposta, mostrando-se até mais generosos do que haviam sido com o México. Agora, porém, fazem outra exigência — o pagamento de 50% dos juros a vencer neste ano —, quando o Brasil já está pagando 30% voluntariamente. Se tal exigência for mantida, como condição sine qua non para conclusão do acordo, poderá surgir um grave impasse.

A necessidade de fechar o mais cedo possível um acordo com os bancos é evidente para o Brasil, que poderia assim se igualar aos países da América Latina que conseguiram resolver, definitivamente, um problema que compromete as relações com a comunidade financeira internacional. Os bancos têm a mesma pressa, uma vez que da assinatura desse acordo depende a possibilidade de fechar seu balanço anual sem grandes perdas e ainda o restabelecimento de suas relações normais com o Brasil.

Porém, ao pretenderem receber 50% dos juros (cerca de US\$ 3,5 bilhões), neste exercí-

cio, antes que se conclua o acordo, os bancos podem criar situação muito grave para o Brasil num ano em que está pagando, dentro do acordo anterior, os juros atrasados, enfrentando, ademais, somente em parte por culpa do Executivo, forte redução do superávit da balança comercial. O governo brasileiro já deu sinais de que reconhece seus erros, ao proceder à desvalorização de 15% do cruzeiro. Mas todos sabem que os efeitos de uma desvalorização sobre as exportações são demorados e dificilmente conseguiremos fortalecer nossas receitas neste exercício. Sabem por sua vez os bancos estrangeiros que, por disposição legal do Senado, não pode o País reduzir suas reservas abaixo de quatro meses de importação, cerca de US\$ 7 bilhões.

Ora, estamos perto desse limite. Caso o Banco Central tenha de aumentar nossos pagamentos em divisas, ele ficará na obrigação de suspender os pagamentos atuais, o que dificultará ainda mais a conclusão de um acordo. Esperamos que o ministro da Economia, nos seus contatos na Tailândia, possa convencer os bancos desse perigo.